

Rafael Marques

**“Mecanismos Sociais
de Criação de Indústrias
em Sociedades Avançadas”**

Nº 7/2004

SOCIUS Working Papers

SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações
Instituto Superior de Economia e Gestão
Universidade Técnica de Lisboa
Lisboa

SOCIUS Working Papers

Publicação seriada do
SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações
Instituto Superior de Economia e Gestão Universidade Técnica de Lisboa
Rua Miguel Lupi, 20
1249-078 Lisboa, Portugal
Tel: 21 3951787 / 21 3925800
Fax: 210 3951783
E-mail : socius@iseg.utl.pt

Mecanismos Sociais de Criação de Indústrias em Sociedades Avançadas *

Rafael Marques **

Resumo: Neste *paper* argumentaremos que as sociedades avançadas são sociedades onde os conflitos radicais tendem a ceder o lugar a conflitos de pequena escala e de raiz identitária e onde a dinâmica de conversão das formas interpessoais de confiança em confianças institucionais implica mecanismos sociais de apaziguamento social. A proliferação de conflitos de elevada extensão e baixa intensidade estabiliza essas sociedades, da mesma forma que as novas indústrias que nelas emergem contribuem para a manutenção do *statu quo*. Os novos mercados das sociedades avançadas não se orientam prioritariamente para a produção, mas sim para a mediação, para a regulação e para a corretagem social. A litigação, o aconselhamento e a terapêutica constituem as três principais indústrias das sociedades avançadas, sendo responsáveis pela criação de empregos e pela ultrapassagem das crises económicas e sociais. Estas indústrias proliferam no interior de sociedades que se definem como estando em crise ou ameaçadas pelo espectro da insegurança. Nas sociedades avançadas qualquer problema, dificuldade, crise ou ameaça é imediatamente redefinido como oportunidade para a criação de uma nova área de negócio ou para a extensão de uma área a outro domínio adjacente ou ainda para o alargamento da actividade industrial a um novo segmento. Nestas sociedades avançadas todo o protesto e toda a contestação possuem bases minimalistas e identitárias, o que impede a formação de agendas de protesto global. A difusão de responsabilidades e competências, a crise de autoria e a presença de instâncias duplas de regulação e legitimação fazem destas sociedades, sociedades poliárquicas. A cooptação, integração e absorção dos protestos reforça a estabilidade e a robustez do sistema que assim se mostra capaz de sobreviver, mesmo contra todas as previsões.

* Este texto é o primeiro documento de trabalho produzido no âmbito do projecto de investigação “A Sociedade de Confiança”, desenvolvido pelo SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações – e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

** ISEG/UTL e SOCIUS

INTRODUÇÃO

Este artigo nasce de várias perplexidades. Por que é que no seio das sociedades avançadas¹ contemporâneas, o nível de conflitos globais e potencialmente destrutivos não é forte, mesmo sabendo-se que existem múltiplos vectores de contestação social e conhecendo-se a profunda desconfiança que é votada a políticos e detentores de cargos públicos? Por que é que as sociedades avançadas são estáveis e os movimentos de protesto, mesmo os que atingem alguma projecção momentânea, soçobram rapidamente, por vezes sem deixar rasto? Nas sociedades avançadas contemporâneas multiplicam-se as oportunidades de conflitualidade, sendo cada tema de debate uma fonte evidente de oposição. Esta característica não constituiria uma novidade importante, não fosse o facto de as clivagens em aberto envolverem discussões entre pólos de contornos mutáveis e de assimetria variável. Ao contrário do que acontecia nas sociedades industriais do século XIX e das primeiras décadas do século XX, os conflitos múltiplos em aberto nas sociedades avançadas não são redutíveis a categorias inclusivas bipolares, o que torna irrealista a aglutinação das forças conflituais em classes homogêneas ou em torno de problemáticas consistentes. A conflitualidade inclusiva, baseada em interesses claros e dominada por princípios monistas de regulação e subordinação não é mais do que uma quimera.

A generalização e a multiplicação dos conflitos convivem com a mutabilidade das agendas e com o carácter difuso dos programas. As localizações e as posições dos contendores num debate x raramente constituem um excelente preditor da posição do mesmo contendor num debate y. Esta difusão e a baixa coerência (do ponto de vistas das

¹ O termo “sociedades avançadas” corresponde a uma designação simplista que pretende tornar a dificuldade criada pela proliferação semântica destinada a caracterizar as outrora chamadas sociedades mais desenvolvidas. Termos como “pós-industrial”; “pós-moderno”; “pós-material” ou “modernidade reflexiva” estão demasiado carregados e dificilmente ilustrariam a realidade que pretendemos retratar. Desse modo, ainda que conscientes das limitações do termo escolhido, optámos por o usar para descrever sociedades que são politicamente democráticas e poliárquicas; economicamente liberais e sustentadas por uma estrutura fortemente apoiada nos serviços e numa economia de inovação e conhecimento e socialmente dirigidas por lógicas identitárias que correspondem à presença de uma matriz populacional diversificada nas escolhas, preferências, desejos, credos, características ráticas e étnicas. O termo avançado não remete para nenhuma interpretação linearista ou progressista da vida social, antes assinalando que se trata de sociedades que se transformam (pelo menos no plano superficial) a alta velocidade e que figuram para muitas outras como exemplos de bem-estar e de satisfação que devem ser seguidos. Ainda que usado de forma diversa, o termo “sociedades avançadas” faz parte do património sociológico e foi central no raciocínio de autores como Giddens ou Eder (1993).

agendas político-ideológicas das sociedades industriais) da posição dos agentes nos debates reforçam a tendência para a existência de conflitos não inclusivos e para a proliferação de polémicas que podem ter alta intensidade, mas que são contidas em círculos limitados. Por outro lado, com conflitos deste tipo, as sobreposições de equivalência total escasseiam e os movimentos de protesto raramente assumem a dimensão de vagas de contestação unitária da ordem existente. Os protestos radicam mais em tópicos do que em grandes questões fundadoras. Os aliados de um debate transformam-se em adversários noutros tópicos sociais relevantes.

Mesmo se se considerar que cada eixo de debate dá origem a importantes assimetrias de poder, não se pode escamotear que esta assimetria é mutável e não necessariamente replicável noutros eixos relevantes. Não queremos, com isto, negar a existência de verdadeiros movimentos de protesto. Eles existem e são ouvidos por parte importante dos actores sociais. Só que quando os movimentos de protesto são escutados, forjam adesões e entusiasmos que geram dinâmicas de mercado e que criam indústrias que se exprimem de formas que negam as intenções originais dos proponentes. Os novos aderentes são presa fácil dos mecanismos sociais de cooptação que se formam nas sociedades avançadas. A adesão de mais membros acaba por matar o movimento de protesto.² O protesto fiel é minoritário e não se ouve na sociedade global; o alargamento do movimento conduz à adesão de novos membros pouco conformes com a mensagem original do movimento. O sucesso leva à destruição do modelo. A forma mais simples de condenar uma prática que retira o seu sentido da sua limitação, elitismo ou ideal de escol é generalizá-la.

Todas as lógicas sociais de protesto, ainda que aparentemente incompatíveis com os ideários da sociedade global, são susceptíveis de incorporação e absorção por essa mesma

² Noutro contexto (Marques, 2002: 385), e baseado na análise produzida por Frevert (1995: 197), a propósito da discussão das práticas duelísticas na Europa moderna, chamei feitos von Braunmühl a todos os tipos de processos sociais onde a generalização de uma prática equivale ao desaparecimento da genuinidade do projecto em que ela assentava originalmente. A formalização de uma prática consuetudinária, por meio da regulação das acções dos novos aderentes tende a desvirtuar a mensagem, o programa ou a credibilidade do sistema. A designação corresponde ao registo de um episódio histórico. Em 1826, um funcionário público bávaro - Anton von Braunmühl – afirma que não existem dúvidas de que a melhor forma de assegurar o desaparecimento dos duelos, entre as classes educadas, é torná-los populares entre a gente comum. O alargamento do círculo implica o desaparecimento de uma certa genuinidade. A única forma de combater uma prática social exclusivista, passa pelo seu excesso e pela sua generalização, de forma a retirar o valor distintivo da prática.

sociedade global. O discurso *mainstream* vai sendo constantemente renovado pela incorporação de traços dos discursos marginais e contra corrente. No entanto essas parcelas discursivas são integradas, sem os seus traços mais originais e vitais. A operação de desvitalização do discurso marginal implica que ele seja integrado sem capacidade de contaminação ou de transformação. O discurso oficial vai absorvendo mais e mais unidades estranhas, mas submetendo-as ao crivo da sua lógica. Contrariamente à lógica censória que aguça a inteligência dos seus contendores que se vêem forçados ao refinamento e à sofisticação, a lógica social da incorporação, absorção, cooptação vai destruindo o discurso de oposição, pela recuperação desvitalizada de tópicos importantes da sua agenda. No final, o carácter inovador e revolucionário do discurso alternativo não tem mais espaço e dificilmente poderá vir a ser aceite.

POLIARQUIA, IDENTIDADES E AS DUAS INSTÂNCIAS DE REGULAÇÃO E LEGITIMAÇÃO

As sociedades avançadas são essencialmente democráticas, do ponto de vista formal e poliárquicas na sua distribuição de poder (cf. Dahl, 1962). Esta dimensão multipolar e poliárquica é reforçada pelo facto de as sociedades avançadas serem sociedades que não vivem num quadro de monismo regulatório e legitimante. As sociedades avançadas são sociedades de dupla instância de legitimação e regulação, factor que cria um espaço tensional constitucional, mas que minora as oportunidades de desenvolvimento de conflitos destrutivos ou perturbadores de uma certa ordem de inércia. Mesmo que a legitimidade da democracia possa ser comprometida pelo baixo envolvimento dos cidadãos, permanece a concordância relativamente aos modelos que não são desejados. A dupla instância de legitimação e regulação de que falamos é facilmente visível na convivência encontrada entre as formas de domínio da opinião pública. A este nível, existe um discurso tipicamente economicista que se radica na defesa de uma ortodoxia liberal, moldada por princípios de racionalidade, eficiência, maximização dos ganhos, corte das despesas supérfluas, desconfiança relativamente ao papel interventivo do Estado em todas as esferas que transcendam a questão da segurança e um discurso mais socializante que define princípios

de solidariedade, de responsabilidade social do Estado, de combate declarado às assimetrias radicais e às desigualdades.

Mais do que um combate pela primazia, as sociedades avançadas testemunham uma convivência de assimetria oscilante entre estes dois mecanismos de regulação e legitimação, sendo verdade que a alternância política em sociedades democráticas não destrói esta lógica de oscilação contínua, pela qual cada um dos dois princípios possui a capacidade de influenciar e nortear decisões políticas e institucionais. As sociedades de dupla regulação e de dupla legitimação são sociedades de estabilidade máxima, ainda que convivendo com agendas abertas e nunca totalmente especificadas. Estas duplas instâncias de regulamentação/legitimação só parcialmente são coincidentes com as bipolaridades políticas tradicionais assentes na clivagem esquerda-direita. Em boa verdade, nas margens das respectivas agendas existe uma flutuação importante dos actores.

A convergência tendencial ao centro das práticas políticas dos principais partidos do espectro político das sociedades avançadas tende a reforçar o desenvolvimento da duplicidade de regulamentação e legitimação, onde um princípio de *real politik* governativa se vê confrontado com agendas de contestação produzidas por movimentos sociais diversos e por sectores diversificados de uma intelligentsia que define programas vários de oposição. Mais do que uma clivagem político-ideológica tradicional existe uma oscilação entre duas lógicas que definem legitimidades contrastantes que marcam o agenda-setting das sociedades avançadas. A regulação pela eficiência e uso racional dos meios possui uma legitimidade importante que no entanto não reina imperial porque existe um reconhecimento e uma aceitação generalizada dos princípios da justiça e da equidade. A regulação por um estado interventivo e susceptível de impor regras é temperada pela aceitação de princípios de competição livre. Nenhum dos princípios se mostra capaz de impor a sua lei, daí que definamos as sociedades avançadas como sociedades duais e oscilantes.

Por outro lado, as sociedades avançadas são tendencialmente sociedades de dissipação de clivagens tradicionais, ora destruindo os vectores que actualizam a clivagem, ora criando os mecanismos para a ultrapassagem da própria clivagem. Trata-se de sociedades a que poderíamos chamar com alguma latitude sociedades pós-políticas que erguem as clivagens identitárias no lugar previamente ocupado pelas clivagens de tipo

político. Se a clivagem política é uma clivagem definida pelo estado ou situação que alguém ocupa ou pelas decisões que toma enquanto cidadão, a clivagem identitária define-se mais por traços essenciais – o ser opõe-se ao ter. A clivagem identitária constitui, no entanto, uma ameaça palpável a estas sociedades, na medida em que o discurso identitário é, por natureza, um discurso irredentista e não um discurso persuasivo, argumentativo ou dialógico. A face do outro não é uma forma de estabelecer um diálogo, antes constituindo uma co-presença irreduzível ao eu. Mesmo que o discurso identitário se associe a uma lógica de tolerância/respeito ou decência (cf. Margalit, 1996), permanece o facto de as posições serem irreduzíveis. Posta a questão nestes termos, parece ser esperável que as sociedades avançadas acabem por se ver mergulhadas em conflitos generalizados e de alta intensidade, para os quais nem sequer pode existir uma saída negocial. No entanto, a aparente fraqueza das sociedades avançadas e a sua exposição às ameaças da conflitualidade identitária são, paradoxalmente, a sua principal força.

Estando criadas, nestas sociedades, as condições para a formação de clivagens identitárias, existe a consciência que qualquer grupo (marginalizado ou não) pode advogar para si uma identidade específica e uma reivindicação particular a direitos. Havendo múltiplos elementos capazes de formar identidades, não admira que possamos assistir a uma multiplicação ao infinito dos grupos identitários legítimos e socialmente reconhecidos. Como estes grupos identitários (geralmente edificados em torno de um factor minimizador, susceptível de constituir factor de exclusão, achincalhamento ou menorização social) não são coincidentes com os outros já constituídos, isto é, raramente todos os membros de um grupo são parte de outro, fácil será perceber que existem confrontos recorrentes em que é impossível colocar do mesmo lado da barricada os diferentes grupos identitários. Tendo ainda em consideração que os participantes dos grupos identitários são frequentemente actores sociais com forte capacidade de *voicing* e que participam activamente de círculos de elite ou de privilégio no mundo económico, tal situação faz deles participantes simultâneos da chamada ordem vigente e dos movimentos da sua contestação. Este cruzamento de círculos sociais implica a multiplicação das zonas de conflitualidade, mas impedindo a aditividade e a agregação desses conflitos em movimentos de protesto global capazes de minar a ordem social constituída. A alta intensidade local convive com a contenção global destes conflitos de tipo identitário. A clivagem identitária é apolítica e

adialógico, mas tem o condão de reforçar o *statu quo*. A multiplicação de protestos radicais gera os efeitos necessários à sobrevivência de um quadro social conservador.

Enquanto que nas sociedades industriais definidas por clivagens políticas, a identificação de dominadores e de dominados é relativamente fácil e homogênea, mesmo que aqui e ali se assista a uma inconsistência entre a ordem classista e a lógica dos grupos de status, nas sociedades avançadas existe uma geometria mais complexa das relações sociais na esfera dos poderes relevantes. A existência de dominadores e de dominados não coincidentes em todos os círculos sociais implica que haja uma mutabilidade pronunciada e que raramente exista um círculo de elite homogêneo que seja dominante em todas as esferas sociais relevantes. Se a isto somarmos a presença de uma dupla instância de regulação, tal implica que as sociedades avançadas sejam efectivamente sociedades poliárquicas. Tal afirmação não implica, obviamente, que não existam assimetrias radicais entre os dispositivos e as capacidades exibidas por cada grupo ou conjunto de actores sociais, marca tão só que não existe uma classe dirigente completamente consistente e homogênea, dotada de um programa coerente e susceptível de trazer benesses para si, em detrimento de todos os outros. A dominação social é exercida por grupos difusos com agendas difusas e com contornos mutáveis. A ordem social estabilizada é o produto paradoxal, lateral ou perverso de um conjunto de acções não totalmente especificadas, pensadas ou decididas. A mão invisível das sociedades avançadas é o produto não intencional de milhares de mãos visíveis, ainda que incoerentes. As oscilações permanentes acabam por reforçar a tendência para o equilíbrio do sistema social.

As múltiplas facetas de dominação em sociedades avançadas permitem o acesso a posições centrais ou de decisão, a actores sociais dotados de capacidades, recursos e capitais muito diferenciados. Podem ter acesso a circuitos decisivos no moldar da opinião pública, actores que apenas exibem um capital cultural assinalável, sendo escassos os seus atributos ao nível do capital económico. Por outro lado, actores com forte capital económico, mas baixo capital escolar, cultural e social podem não ter praticamente nenhuma capacidade de intervenção nos domínios relevantes da vida social. Cada esfera das sociedades avançadas gera uma hierarquia de recursos relevantes, sendo imprescindível conhecer os termos de troca e as possibilidades criadas para a conversão e acumulação de cada um dos capitais relevantes. Sempre que existe uma taxa de câmbio entre capitais

disponíveis, cada actor social procurará mobilizar os recursos possuídos, convertendo-os no capital dominante no circuito social onde pretende actuar. A inexistência de convertibilidades de capital em determinados circuitos significa que o actor rico se pode ver transformado num actor incapaz de agir. Estas características das sociedades avançadas reforçam a dimensão de cruzamento de círculos sociais e a necessidade de participações sociais múltiplas, com ocupação de posições sociais de relevância assimétrica em cada um desses círculos. A flutuação de posições e a impossibilidade de replicação total de posições de superioridade (ou de inferioridade) em todos os círculos da vida social reforçam a componente estabilizadora das sociedades avançadas. Participar de diferentes círculos, ocupando diferentes posições atenua as oposições mais radicais e amacia as conflitualidades - o amigo de um dia é inimigo de outro. Daqui não nasce, no entanto, um quadro de virtudes cívicas, mas uma sociedade de tolerância, onde o outro não é considerado pela sua diferença radical, mas pelo motivo hipócrita de poder ser um aliado num momento subsequente.

As sociedades avançadas, sendo identitárias, poliárquicas e de dupla instância de legitimação e de regulação são sociedades frias e de baixo envolvimento, mas sobretudo são sociedades de minorias. Cada actor social exhibe características, pertenças, crenças, preferências, orientações, estigmas, traços e escolhas que podem fazer dele um membro de um grupo minoritário mais ou menos alargado. O facto de as sociedades avançadas serem sociedades de minorias acarreta consequências extremamente importantes. Desde logo, torna mais ou menos irrelevante o encontro de uma maioria clara dotada de coerência e de planos conscientes para o domínio da vida social. A maioria seria apenas um quadro ultra residual constituído por todos aqueles que se mostrassem incapazes de encontrar um traço relevante que os guindasse à categoria de desviantes ou de minoritários.

Em segundo lugar, um traço importante das minorias é o facto de elas não serem aditivas, isto é, não é crível que em sociedades que multiplicam os traços minoritários relevantes se possa constituir um programa comum ou uma agenda de protesto que aglutine todos os grupos que legitimamente se sintam como alvo de agravos ou de ofensas. Frequentemente existem razões para que cada grupo minoritário se oponha a um outro e não tanto a uma maioria cujos contornos se tornam desconhecidos. Por outro lado, fazer parte de uma minoria num quadro de múltiplas minorias significa que cada actor social é

simultaneamente um membro de grupos minoritários e um membro do grupo maioritário, uma vez que cada minoria constitui a sua própria maioria que funciona como *bête noire* sobre a qual repousam todas as responsabilidades pela ostracização social de que alegadamente se é vítima. Acresce a isto, o facto de uma política minoritária se somar à já considerada lógica identitária, criando obstáculos praticamente inultrapassáveis à coerência e legitimidade de acções de protesto. Assim, se a clivagem de feição política que norteou a vida social das sociedades avançadas dos séculos XIX e XX se fez moldar pela oposição esquerda-direita, onde a primeira fazia valer os direitos de uma imensa maioria subjugada a uma pequena minoria que usurpara para si todos os direitos sociais, a clivagem constitucional das sociedades avançadas contemporâneas gravita em torno de uma oposição de baixa credibilidade, onde as imensas minorias (no entanto, não aditivas) são exploradas por uma imensa maioria (desconhecida e efectivamente constituída por múltiplas minorias).

A credibilidade do modelo é baixa, mas explica parcialmente o porquê de as sociedades avançadas serem sociedades de múltiplos conflitos de alta intensidade local, mas de baixa projecção social. Os grandes conflitos unitários cedem o passo aos pequenos conflitos generalizados. A guerrilha identitária substitui a guerra classista. Cada pequeno grupo pretende destruir uma parcela de uma vida social que rejeita, tentando, simultaneamente, preservar algumas áreas que são tidas como relevantes, importantes, ou traços decisivos de conquistas históricas. Como cada grupo minoritário possui a sua própria agenda, não necessariamente coincidente com a de outros, o produto final é a preservação da ordem social que nenhum dos grupos pretende manter na sua totalidade. A ordem social é um traço ínfimo de entendimento, um mínimo denominador comum que assume o papel de *second-best* para a maior parte dos grupos. A ordem social das sociedades avançadas é um produto indesejado por muitos, mas que não oferece nenhum desejo comum de transição para outro estado. Uma das razões para esta impossibilidade de locomoção em direcção a outra sociedade é dada pela incapacidade de encontrar um traço comum entre todos os grupos relevantes e a outra é a chamada falácia das sondagens que afirma muito simplesmente que não existe relação directa entre manifestação de uma preferência ideal por um tipo de sociedade e o estabelecimento dos passos decisivos para a atingir. Confrontados com os escolhos, agruras e dificuldades das transições, muitos optam pela

manutenção da situação desagradável. A realidade indesejada conhecida é preferida à utopia desejada e desconhecida.

QUESTÕES DE (DES)CONFIANÇA E CRIAÇÃO DE INDÚSTRIAS

As sociedades avançadas contemporâneas são frequentemente apresentadas como sociedades desmoralizadas e minadas pelo espectro da desconfiança interpessoal. Esta desconfiança não pode, no entanto, conduzir-nos na direcção de um retrato apocalíptico dessas mesmas sociedades, uma vez que a desconfiança é uma das razões da sua própria sustentação social.³ Na verdade, as sociedades avançadas são sociedades que parcialmente se desenvolveram e modernizaram graças aos baixos níveis de confiança que cada actor social depositava no seu parceiro relacional. Tal facto constitui uma prova da desincrustação progressiva que a esfera dos negócios sofreu (no ocidente), separando-se progressivamente da tutela familiar. Na ausência de confiança, sem garantias implícitas de cumprimento e sem cadeias sequenciais de reciprocidade que tutelassem as relações, foi com base na desconfiança que se instalaram os princípios de refinamento civilizacional que possibilitaram o influxo desenvolvimentista do Ocidente. Na ausência de garantias implícitas, foi forçoso encontrar garantias explícitas e clausulados com condições de penalização evidente para que as relações comerciais e negociais, separadas pelo espaço e pelo tempo, se pudessem desenvolver. Quanto mais desconfiança, mais refinamento e mais sofisticação contratual e maior a aposta no desenvolvimento das formas de litigação que garantiam o cumprimento dos contratos.

A desconfiança generalizada nas relações interpessoais gera um depósito de confiabilidade nas instâncias de regulação e de arbitragem, desde que estas se mostrem capazes de penalizar os incumpridores e ressarcir os lesados pelos custos incorridos. Assim

³ A tão provalada crise da confiança que afectaria as sociedades avançadas contemporâneas poderá, então, não ser mais do que um momento de transição de formas de confiabilidade tradicionais para novas formas de confiabilidade. Não é o recurso confiança que está ameaçado, mas a forma como ele se manifesta. É, neste sentido estrito que importa discutir as modalidades de conversão das confianças tradicionais para as novas confianças, tentando descortinar as modalidades que hoje parecem ser mais operativas.

sendo, a contratualização foi a resposta moderna às crises de confiança, constituindo contemporaneamente um dos factores de estabilização mais decisivos das sociedades avançadas. A litigação e a arbitragem conflitual transformam conflitos radicais, *vendettas*, espirais de vingança e ódio, em formas disciplinadas de regulação, sujeitas a princípios conhecidos, o que implica também que as oposições são dirimidas em campo neutro, sujeitas à arbitragem regulamentar de juízes tidos como independentes e que aceitam as posições de cada um dos litigantes sem tomar partido por nenhum deles. Embora todas as sociedades possuam fortes mecanismos de resolução de conflitos por via arbitral, as sociedades avançadas contemporâneas levaram mais longe estes processos, alargando o seu espectro a toda a vida social. A desconfiança mergulha num oceano de confiabilidade institucional.

Toda a dinâmica social dá azo a litigações (por vexes extremas, por vezes anedóticas) que são reguladas e decididas por um corpo profissionalizado que as regula, as redefine, mas também as promove activamente. Nas sociedades avançadas, a litigação é uma das principais indústrias que são criadas socialmente e que reforçam a tendência estabilizadora. Toda a vida social é susceptível de ser fonte de conflitos e de ser regulada institucionalmente. Qualquer relação social é potencialmente um campo para litigação que deve ser previsto, regulado e preparado para conflitos, extirpados da sua alta intensidade e reduzidos a uma forma canónica de regulação. A sociedade avançada é uma sociedade de litigação que transforma os grandes conflitos em conflitos de baixa intensidade, geríveis, regulados e arbitrados e transforma as relações sociais de todo o tipo em hipóteses claras de litigação. Todas as relações sociais são litigáveis. A profissionalização e a burocratização das sociedades avançadas justapostas à sua tendência litigante, tendem a estabilizar a sua dinâmica social, reduzindo o potencial de conflitos graves ou de larga escala. Todos os casos são dirimidos de forma negocial, criando uma ilusão de transparência e de abertura, de tal forma que cada actor social se imagina dotado do mesmo poder e da mesma capacidade do seu interlocutor. A litigação cria uma ilusão de neutralidade, reduzindo o potencial de protesto social e reivindicações potencialmente destrutivas para a ordem pública. Tal como acontece com os restantes mecanismos de criação de indústrias, a litigação coopta a contestação e incorpora-a na lógica dominante, retrabalhando-a.

A cooptação da contestação implica que o conhecimento e reconhecimento dos movimentos de protesto, bem como o seu impacto social, dependam da aceitação tácita ou da adopção mais ou menos forçada das regras do jogo existente. As assimetrias sociais são parcialmente eliminadas (sobretudo do ponto de vista simbólico) pelo recurso à litigação permanente. Por outro lado, é importante não esquecer que a litigação é uma indústria criadora de indústrias, na medida em que toda a litigação cria novas disputas, apelos, arbitragens de instância superior, novas decisões e novos apelos, bem como entradas em novas zonas de confronto regulado e mediado. A litigação, na medida em que recorre cada vez mais frequentemente à arbitragem, acentua uma característica importante das sociedades avançadas - a sua tendência para a substituição de relações sociais directas, por relações sociais mediadas, com recurso à figura da peritagem e do especialista. A desresponsabilização dos actores e a sua redução de capacidades aponta para a necessidade constante de encontrar figuras de substituição que solucionem os problemas e arbitrem os conflitos anteriormente assumidos pelos actores. Tal tendência não é apenas solidária de um quadro de monopolização dos meios de violência por parte do Estado moderno, ela implica o advento de um novo quadro mental que faz do mediador a figura central. A mediação é um dos principais mecanismos de criação de indústrias em sociedades avançadas e a litigação é manifestamente uma das principais indústrias aí existentes. A mediação é um grande facilitador da articulação e da negociação, sempre que existam traços de confiabilidade institucional, mas dificulta a criação de laços directos ou o desenvolvimento de comunidades primárias.

O potencial criador de indústrias das sociedades avançadas não radica, pois, apenas em inovações tecnológicas ou na abertura de novos sectores produtivos. As sociedades avançadas são mais sociedades de intermediação relacional e é nesse espaço que se situa o cerne das novas indústrias que demonstram mais potencial de crescimento. Estamos a falar de indústrias que reagem bem às crises económicas e às flutuações dos ciclos, na medida em que navegam na crista da onda das transformações sociais mais profundas que afectam as sociedades contemporâneas. Cada conflito, cada protesto, cada carência, cada deficiência, cada ambição, cada desejo são susceptíveis de ampliação a um grupo e cada grupo pode e deve exprimir a sua identidade, recorrendo a uma gama de produtos e de serviços que o ajudam a expressar-se, a manifestar-se e a revelar-se. De um modo

paradoxal, as manifestações identitárias, mesmo que anti-sistema, necessitam do sistema que contestam para se revelarem e captarem novos apoios. Cada zona de expressão identitária constitui uma hipótese não negligenciável de criação de uma indústria que rapidamente se poderá integrar no quadro social das indústrias admissíveis. Certos movimentos sociais, inaceitáveis do ponto de vista da moral social ou da chamada ordem vigente, poderão tornar as recusas com as quais se confrontam, na estrita medida em que forem capazes de constituir uma indústria ou um sector de actividade que se move nos meandros do mundo económico definido como normal ou corriqueiro.

Cada identidade de protesto pode ser um segmento mobilizável dentro de um mercado que se constitui ou de uma indústria que emerge. Havendo uma associação entre grupos identitários de protesto e forte capacidade aquisitiva, bem como desejo de encontrar chancelas identitárias que ajudem ao reconhecimento e identificação de cada um como membro de um grupo particular, estão criadas algumas das condições necessárias para a construção de indústrias. A ordem económica e a participação de um jogo que possui regras de sobrevivência bem conhecidas forçam a civilização e domesticação dos movimentos identitários. A esfera económica acaba por domar as pulsões e as forças de protesto que habitavam os movimentos de protesto na sua feição original. Os movimentos de protesto identitário, em sociedades avançadas, estão confrontados com um dilema fundador: ou preservam a sua pureza original, mantendo-se quase incógnitos e com baixa capacidade reivindicativa, ou se transformam em movimentos projectados para o exterior e desejosos de captar mais e mais seguidores, mas com a moeda de troca de terem de se comportar de acordo com as regras do jogo económico. Embora uma afirmação deste tipo, pareça encaminhar-nos na direcção de uma tese de colonização da vida social pela lógica económica, convém não ignorar que as sociedades avançadas são sociedades de dupla instância de regulação e de legitimação, o que implica que a aceitação desses movimentos também passe pelo trabalho intelectual de redefinição do que é aceitável, especialmente com a defesa contemporânea, em meios dominados pelos capitais cultural, simbólico e escolar, dos movimentos de índole comunitário-identitária.

As sociedades avançadas encaminham os contestatários e todos os que protestam na direcção de um reconhecimento social pelo consumo, mesmo que este consumo seja um consumo específico e meramente orientado para a aceitação de bens e serviços previamente

definidos como legítimos por cada grupo social identitário. Tal tendência significa que haja cada vez mais um padrão tribalizado de consumo, onde o tipo de bens e serviços que se adquire é emblema da própria identidade. Ao tornar o ostracizado, o diminuído, o excluído, o estigmatizado ou o marginalizado, num consumidor, a sociedade avançada está a conferir identidades de aceitação pelo consumo. O que os valores sociais parecem afastar do *mainstream* social, o consumo reaproxima. Mesmo aqueles que pouco ou nada possuem de seu, são cooptados para a participação desta sociedade cintilante pelo advento de uma sociedade creditícia de néons atractivos que promete a cada cidadão a possibilidade de ter tudo a troco de nada ou quase nada. Esta sociedade avançada que propõe constantemente séries infinitas de pactos mefistofélicos arrasta para o consumo gamas imensas de actores que aparentemente não possuem capacidade aquisitiva para dela participar, mas que são arrastados para um universo de falsa transparência. Todos os desejos e ambições parecem poder ser satisfeitos e realizados, independentemente das condições de partida e das dificuldades momentâneas pelas quais se passa. Os verdadeiramente excluídos são apenas aqueles que não possuem nem desejos, nem ambições. Todos os outros poderão ser de uma forma mais ou menos directa captados para as delícias das sociedades avançadas.

A atracção pelo consumo e a identificação pela aquisição de certos bens exercem um fascínio generalizado que nem todos estão em condições de alimentar, a menos que se disponibilizem formas de financiamento que promovam todos os que não têm recursos suficientes à categoria de consumidores irrepreensíveis. As sociedades avançadas são, pois, sociedades creditícias, sendo o crédito concedido não apenas por instituições bancárias ou para bancárias, mas por todas as indústrias que se desejam constituir e sedimentar. Cada novo sector tarde ou cedo captará novos membros com promessas de jardins das delícias em troca de pagamentos tão suaves que serão quase indetectáveis. Só a falta de desejo impedirá que alguém não possua o que sempre esperou. As sociedades avançadas redefinam as identidades como direitos sociais particularistas e cada direito como uma expressão de pertença que pode ser activado por um padrão particular de consumo que torna visível o que aparentemente mais não era do que uma expressão íntima. Os desejos são criados e alimentados pela sociedade creditícia, graças à ilusão de uma liquidez total, sem fardos e sem encargos. Se o crédito bancário não for uma alternativa (o que acontece sobretudo para os párias, os invisíveis e os inexistentes), existem equivalentes funcionais

importantes que se encarregarão de permitir o acesso aos fundos necessários que alimentam a actividade identitária da compra - as casas de penhores, os *cash converters*, as agências de crédito ao consumo, os cartões de lojas ou de cadeias de lojas são formas alternativas (ou por vezes complementares) de assegurar a integração social pelo consumo. Os consumidores das sociedades avançadas movem-se frequentemente nos domínios da ilusão de invulnerabilidade.

DO CONSUMO IDENTITÁRIO AO ACONSELHAMENTO E À TERAPÊUTICA

Nas indústrias instaladas e nos mercados previamente constituídos existe a noção clara da importância do reconhecimento destes movimentos identitários. Para muitas empresas já instaladas está-se perante um novo e potencialmente interessante segmento de mercado que é preciso captar ou pelo menos surpreender e relativamente ao qual urge desenhar uma nova campanha de marketing que o inclua. Para outras, trata-se de desenhar novos produtos e novos serviços que sejam *tailor-made* para esse grupo de enorme potencial. A redefinição da aceitabilidade de novas preferências, orientações e escolhas é não só um estímulo para a criação de novas indústrias e mercados como constitui um poderoso motivador para a redefinição das indústrias e empresas já instaladas. Cada identidade específica é trabalhada pelas indústrias emergentes como uma espécie de *brand name* com um enorme potencial de crescimento e de afirmação no mercado. As empresas instaladas não temem sequer ser vítimas de campanhas por parte dos antigos consumidores porque a sua abertura a novas identidades é tida como uma prova de responsabilidade social e de ausência de paroquialismo. As duas instâncias de regulação e legitimação asseguram a justeza das decisões tomadas.

Mais do que o desejo e a vontade, formas hedonísticas do consumo que se expressam por prazeres individuais na fruição de um bem ou de um serviço e que consistentemente se referem a uma prática associal, o consumo identitário que está associado às novas indústrias das sociedades avançadas é um consumo de orgulho, ou seja, trata-se de uma forma de apropriação que não está orientada para si, mas para o exterior. O

orgulho é marcado pela revelação de uma identidade, é aberto ao exterior, sinalizando uma identificação e funcionando como chancela ou carimbo de pertença. Não há neste tipo de consumo uma fruição solitária do que se adquiriu, antes funcionando como uma sinalização ao mundo e aos membros do mesmo grupo que se faz parte de uma identidade. Os consumos deste tipo são consumos de conhecimento/reconhecimento e identificação, fazendo parte de uma lógica comunitária de associação. Como o consumo adoça as paixões, esta celebração de orgulhos ajuda a minorar o potencial destruidor da reivindicação identitária. O consumo identitário gera novas pertenças, novas participações e tende a afastar os actores sociais das suas antigas pertenças e das suas antigas lealdades, nomeadamente políticas. O consumo identitário associado ao advento de uma política identitária contribui para o reforço daquilo a que se pode chamar a fragmentação política nas sociedades avançadas. Mesmo os partidos existentes acabarão, tarde ou cedo, por serem constelações ou federações de pequenos fragmentos identitários, justapostos por razões tácticas e operando como *lobbies* de defesa dos interesses de pequenos grupos. Como já deixámos claro, a esta implosão social alargada corresponde uma estabilização que se mantém graças à criação de miríades de pequenos conflitos, onde os inimigos são difusos, de contornos mutáveis e que, sobretudo, não são inimigos para todo o sempre.

Ao definirmos as sociedades avançadas como sociedades de direitos e de identidades, confrontamo-nos uma vez mais com um paradoxo. Na verdade, a lógica da identidade e do direito é uma lógica de orgulho revelatório que conduz à exposição sem receio do carácter ou da tipologia que define um estigma ou um factor social de rebaixamento que é simbolicamente recuperado como factor de enaltecimento. Mas a lógica do direito também permite uma leitura alternativa - cada actor social tem direito à sua privacidade e à sua zona secreta. Simplesmente esta zona de secretismo não é estabilizadora nem conduz a novas identidades consumistas, daí que as sociedades avançadas procurem desenvolver serviços e produtos que resolvam os estigmas de segundo grau (ditos desacreditáveis) e que dificilmente poderão ser retrabalhados pela lógica do orgulho. Na verdade se existe um orgulho *gay* que conduz o homossexual a sair do armário e a revelar-se, os estigmas de grau dois como a incontinência ou a impotência dificilmente poderão ser retrabalhados pela lógica da afirmação orgulhosa. Se o primeiro estigma implica uma reaceitação do eu como eu, o segundo estigma implica disponibilidade de um

produto ou de um serviço que torneie o problema, mas que garanta a confidencialidade e o anonimato de cada um dos pacientes.

Tal explica o porquê de a comercialização de produtos destinados ao tratamento de tais enfermidades não poder ser feito pelas formas tradicionais, mas por recurso a formas mediadas. Este problema configura aquilo a que poderemos chamar o paradoxo Viagra - a disponibilidade de um produto que minora ou cura uma enfermidade não corresponde necessariamente à sua aquisição, sempre que a referida deficiência esteja associada a uma visão social pejorativa do paciente. Assim, aquele que durante anos havia podido camuflar a sua limitação (ainda que à custa de um isolamento social e de um corte com qualquer relação íntima), teria que revelar a sua dificuldade no exacto momento em que a terapêutica para o seu problema estivesse disponível. É a este nível que as sociedades avançadas apresentam soluções imaginativas, graças uma vez mais à mediação relacional, facilitando compras sem contacto físico, tratamentos anónimos e compras confidenciais. O anonimato é garantido como um direito, especialmente no universo virtual. Ainda assim, a possibilidade de detectar a unidade de envio das encomendas ou do acesso a programas ilegais ou de conteúdo pornográfico cedo revelará o carácter ilusório do anonimato e a quimera da confidencialidade. O direito à privacidade acabará sempre por ceder perante a marcha triunfal dos mecanismos de exposição e de revelação que são mais fortes na sua dinâmica de criação de indústrias.

As sociedades avançadas cultivam a presença do alternativo que, aparentemente, surge como movimento contra-corrente, mas que na verdade reforça e institucionaliza a sociedade global. Estes movimentos alternativos são socialmente invisíveis até ao momento em que adoptam os recursos e as estratégias daqueles que combatem. Os modos de vida alternativos acabam por ser recuperados para a sociedade global como padrão de comportamento saudável, moral e socialmente responsável ou como forma de um gosto peculiar. Ecologistas, libertários, macrobióticos, vegetarianos acabam por fundar revistas distribuídas por canais oficiais, abrir cadeias de restaurantes que mimetizam as práticas e as estratégias das cadeias que abominam, deslocar-se com patrocínios de companhias com teias relacionais que as ligam aos alvos das críticas. O cinema alternativo recusa as *majors*, mas vê-se condenado à distribuição em canais que veiculam o cinema que se pretende combater. As editoras discográficas alternativas combatem as editoras institucionais, mas

são forçadas a vender os seus produtos em discotecas que não raramente são facetas visíveis dessas mesmas editoras. O orgulho *gay* acaba por se revelar em eventos desportivos que são a cópia dos jogos oficiais e patrocinados pelas companhias que mais facilmente se identificam com a ordem social supostamente homófoba. Para essas companhias pouco importa a ideologia, trata-se de associar a sua imagem a um grupo com potencial aquisitivo elevado e que agora verá na companhia considerada um apoio à causa. O alternativo total e o contra corrente pouco mais são do que miragens passageiras. A sociedade avançada opera como uma gigantesca trituradora que devora tudo à sua passagem, transformando alternativos e defensores da corrente numa pasta informe facilmente assimilável e integrável no que se define como sociedade global.

Muitos dos grupos alternativos recusam totalmente a lógica dita dominante, mas usam uma prática recorrente de *real politik* que os leva a aceitar os quadros dominantes em nome de um princípio de pavor e de sentido de sobrevivência. Para estes grupos existe sempre um mal maior que se perfila no horizonte e que se poderá instalar no caso de não concedermos o nosso apoio (contrariado) àqueles que detestamos um pouco menos do que os que poderão chegar caso nós ajudemos a derrotar os instalados. Esta lógica presente na eleição presidencial de Chirac é uma justificação evidente da robustez das sociedades avançadas contemporâneas que são sociedades de convergência política ao centro, ou seja, são sociedades dominadas pelo pragmatismo e pela *real politik*, quase sempre um pouco hipócrita, mas que contribui decisivamente para a estabilidade social. São sociedades que são dominadas pela lógica do equilíbrio e da estabilidade e não tanto pela lógica da perfeição do sistema. A perfeição só importa enquanto estímulo individual capaz de conduzir ao consumo de bens e ao desenvolvimento de algumas indústrias particulares.

Uma outra esfera, onde as sociedades avançadas produzem indústrias com enorme facilidade prende-se com a progressiva desnaturalização do mundo e das funções tradicionalmente vistas como naturais. Desnaturalizar significa definir ou redefinir os outros como imaturos ou impreparados para assumir todas as funções sociais relevantes. Desnaturalizando o mundo social e os papéis outrora óbvios e assumidos em função da passagem do ciclo de vida, as sociedades avançadas preparam o terreno para o surgimento de um novo grande eixo de criação de indústrias: o aconselhamento. A desnaturalização implica a ideia de que os papéis tradicionais são solidários de uma ordem social não mais

aceite e correspondente aos piores vícios de uma lógica social ultrapassada. A nova sociedade precisa de novos valores e de inovadoras formas de comportamento e de relacionamento social. Se tal é verdade, não será surpreendente que a maior parte dos actores sociais esteja impreparada ou se revele imatura para assumir as suas novas responsabilidades. Provando que o natural não é mais do que uma construção social possível e reafirmando que os novos tempos colocam nos actores um nível de responsabilidade e exigência que convive mal com a preparação que eles demonstram, as sociedades avançadas abrem o campo para a criação de indústrias de formação, educação, treino, preparação e aconselhamento.

Cada actor precisa de se informar sobre as melhores formas de desempenhar os papéis sociais requeridos, deve recorrer a especialistas certificados que o dirijam para um caminho certo, não ferindo susceptibilidades, deve educar-se e formar-se de forma a transformar-se em alguém melhor e mais ciente do seu papel no seu grupo e na sua sociedade. Estamos perante uma caminhada que nunca finda e que se repete constantemente ao longo da vida. Nenhum actor social poderá ambicionar fazer este percurso sozinho - ele necessitará da ajuda profissional e conhecedora de aconselhadores, técnicos e especialistas, formados nas áreas mais relevantes, actualizados até à exaustão e preparados para o confronto com os mais renitentes e empedernidos. Todos aqueles que sentem que não estão preparados para assumir um papel social ou uma função vista como tradicional, mas também todos aqueles que não se encaixam plenamente na identidade que parece sua ou que lhes foi atribuída são excelentes candidatos a consumir os produtos e serviços edificados pela indústria de aconselhamento das sociedades avançadas. Conviver mal com a identidade ou sentir-se distante dos membros do mesmo grupo são razões suficientes para realizar cursos, comparecer em palestras, entrar em grupos de discussão, telefonar para um número verde, buscar ajuda e procurar aconselhamento.

Se o grau 0 da criação de indústrias, por falta de *fit*, é o aconselhamento, o seu grau superior é a indústria terapêutica. Com efeito, se a desnaturalização funcional conduz ao aconselhamento, a patologização social constrói a via terapêutica que é outra das principais construções industriais das sociedades avançadas. Cada actor social é sempre uma pobre aproximação do que pode ser ou do que deve ser. Cada membro da sociedade avançada não é mais do que um esboço do seu verdadeiro eu, havendo necessidade de encontrar o seu

verdadeiro potencial e de corrigir e eliminar as suas falhas físicas, as suas limitações de carácter e a sua fraqueza moral. Mas perante este cenário, onde cada um está sempre demasiado longe de si e dos ícones do seu grupo identitário particular, não basta um curso, um estímulo ou uma palavra certa, torna-se indispensável entrar em programas terapêuticos demorados que descobrem deficiências, inventam quadros patológicos e redefinem normalidades. Esta terapêutica é, bem entendido, médica, mas não só. A terapêutica alarga-se a todas as esferas relevantes da vida social, não se circunscrevendo, de forma alguma, ao tradicional tratamento ou à intervenção cirúrgica mais comezinha. O estilete do cirurgião vai agora mais fundo e não muda nem torneia apenas o corpo. As transformações mais profundas e duradouras ocorrem nas formas de comportamento, nas atitudes e até nas formas de pensar.

A sociedade avançada é uma sociedade terapêutica que patologiza, criando distâncias constantes entre um eu existente e um eu potencial e definindo hiatos nunca totalmente preenchidos entre o eu existente e um ícone ou um *role model* que é necessário perseguir e alcançar. E a este nível, as indústrias da patologização e do aconselhamento cruzam-se nos seus propósitos. Se a terapia modela o corpo e o espírito, mas nunca preenche o hiato para o ícone, então a ansiedade gerada e a desilusão produzida terão de ser criteriosamente cuidadas por aconselhadores preparados para lidar com as maleitas de quem não se conforma com a impossibilidade de atingir um ideal. Em última análise, todos os que não se sintam satisfeitos com a terapia recebida, poderão sempre litigar e resolver por via arbitral, o que não conseguiram por via terapêutica. A indústria terapêutica opera no quadro de vários mitos dominantes nas sociedades avançadas. Um dos mais importantes, a este nível, é o mito da performatividade. O corpo deve ser explorado até à exaustão, de modo a extrair dele todo o seu potencial. O corpo deve ser treinado, moldado, corrigido, modificado, até ao ponto de se transformar num instrumento capaz de atingir os objectivos propostos. Mas o corpo também é uma marca de identidade, devendo revelar uma pertença ou uma identificação social. Cada corpo serve para conhecer e reconhecer, sendo a sua transformação, uma forma de reafirmar o seu potencial significante. As novas tribalizações e o desenvolvimento de uma indústria de tatuagem e de *piercing* revelam o corpo como uma tela ou um instrumento que se apresenta como texto ou imagem que identifica quem a revela. O corpo é uma forma de expressão, um manifesto e um movimento de protesto que

aproxima o seu detentor de outros corpos com os quais comunga objectivos e com os quais se identifica.

Por outro lado, o corpo corresponde a um ideal de beleza, convencionalmente definido em cada época, e mutável (por vezes no espaço de um ano), devendo por isso ser corrigido, limando-se as arestas que contribuem para o desfear. Performatividade, identidade e perfeição são apenas três das dimensões constitutivas da indústria terapêutica das sociedades avançadas. Será necessário mencionar ainda que, nas sociedades avançadas, as terapias que se aplicam ao corpo podem também incidir sobre a esfera moral e social? Nenhum actor social pode, com propriedade, afirmar que se encontra em condições de responder aos desafios criados pela nova sociedade. O tratamento social e o tratamento moral não são menos importantes do que a terapia do corpo. O percurso traçado pelas ondas terapêuticas nunca está concluído. Quando o actor parece já ter feito toda a caminhada que o dirigia para o seu “eu” potencial ou para a cópia do ícone, um e outro já se afastaram um pouco mais, replicando o dilema eterno de um Aquiles apostado em apanhar a tartaruga que andando menos do que ele, mesmo assim prova ser inalcançável. É por esta razão que a indústria terapêutica gera as condições da sua própria reprodução, redefinindo os objectivos numa base constante. Nenhuma cirurgia é demais, nenhum tratamento é espúrio. A iatrogénese social cria as condições para um sistema terapêutico auto-reprodutivo. Cada sociedade cria as suas patologias próprias e adequadas aos novos tempos. Em sociedades de tensão para a conformidade poderá haver *hikki komori*, do mesmo modo que em sociedades pautadas por rígidos ideais de beleza e de elegância, encontraremos as oscilações entre bulimia e anorexia e assim sucessivamente.

Sendo a performatividade, a identidade e a perfeição/beleza as três principais referências da indústria da patologização social, não parece ser difícil perceber o porquê de as indústrias de fronteira entre o universo tradicional de criação de indústrias e o moderno serem as indústrias do desporto e do *glamour* (envolvendo a moda, o cinema ou a música). Estas duas indústrias fabricam os “eus” ideais e os ícones que convirá seguir, fabricam as deficiências e as carências, ajudam a definir programas que apontam pistas para superar as limitações que afastam o mais pacato dos cidadãos do modelo a que aspira. As sociedades avançadas criam formas construtoras de credulidade que levam a que cada um sinta que pode e deve moldar-se pelas actividades e cometimentos de um símbolo do *glamour* e da

energia. O desporto e o *glamour* instalaram-se de forma insidiosa no nosso quotidiano, deixando de ser actividades lúdicas ou de fruição para passarem a revelar todo o seu enorme potencial de criação de indústrias associadas. O lugar ocupado pelo desporto e pelo *glamour* no nosso quotidiano é revelador da dimensão intermediadora da nossa vida social, pela substituição de uma vida própria por uma vida medida e regulada pelos outros. Cada um vive pelas frustrações, prazeres, dificuldades e agitações de um ou mais outros definidos como relevantes. O desporto e o *glamour* são indústrias que produzem constantemente novos ícones que geram novos seguidismos, proporcionando novos consumos de identificação e de mimetismo, mas também produzindo novas ansiedades, medos, frustrações, arrependimentos e desejos por cumprir. A vida por intermédio de outros é também uma forma nítida de apaziguamento social e de manutenção da ordem social. De uma forma resumida, poder-se-ia afirmar que a competição e a emulação estimulam a pacificação social.

As sociedades avançadas são, pois, sociedades de ícones e sociedades de proliferação de estímulos e de novos objectivos a cumprir. Simplesmente, estes novos objectivos e estes desejos, tornados aparentemente possíveis, têm o condão de lançar os actores sociais nos braços da angústia, do desespero, do ressentimento, da apatia e da revolta, ou por não terem conseguido chegar aonde ambicionavam, ou por se verem mergulhados num universo oblomoviano de inanição. Se somarmos a estas situações individuais o facto de as sociedades avançadas serem constitucionalmente sociedades de risco ou de incerteza (cf. Beck, 1992, 1999) perceberemos rapidamente que está aberto um terreno fértil para o desenvolvimento de novos modelos industriais que asseguram a ligação entre a terapêutica e o aconselhamento. Definindo a época como uma época de crise e em face de situações de risco evidentes, imediatamente saltam da cartola profetas vários, quiromantes e astrólogos, parapsicólogos e especialistas de medicinas diversas, terapeutas da relação, substitutos funcionais para actividades clássicas, promotores de quadros de auto-ajuda e de *diy*. Nas sociedades avançadas existe a convicção de que qualquer dificuldade, crise, patologia ou incapacidade pode ser transformada numa oportunidade de negócio que, se for bem trabalhada, dará origem a uma indústria de enorme potencial de desenvolvimento.

Sendo estas indústrias mais orientadas para a relação mediada do que para a produção, não admira que elas assumam não raramente uma dimensão místico-religiosa, pugnando pela recuperação dos laços familiares, comunitários ou mesmo societários. O religar torna-se num instrumento de construção de indústrias específicas. Por todo o lado surgem gurus capazes de convencer um número limitado, mas significativo de membros da sociedade a seguirem-nos, empreendendo uma caminhada na direcção da salvação. Esta é uma salvação que pode ser extra-mundana, mas que também pode ser assegurada pelo consumo, pela manifestação de uma preferência ou de uma orientação, ou mesmo pela aposta num novo ideário político. As sociedades avançadas embora democráticas e poliárquicas sentem em si um apelo da selva que as leva a procurar os braços de um profeta, de um caudilho, de um guru ou de um recuperador de empresas. Só que este apelo chega de forma diferenciada a cada grupo o que implica que em vez de um caudilho redentor cada grupo encontre um guru particular. Os apelos à salvação por um Messias não são também aditivos, o que revela bem a resistência e a capacidade de sobrevivência das sociedades avançadas. Nenhum apelo salvífico conseguirá reunir a maioria da população da sociedade e, na presença de miríades de gurus de dinâmica específica, o que daí resulta é um princípio de paixões compensadoras - mais vale múltiplos vícios do que um só. As sociedades avançadas estão predispostas à existência de vícios múltiplos não se deixando seduzir por princípios únicos.

NOVAMENTE A (DES)CONFIANÇA

As sociedades avançadas criam inúmeras oportunidades de negócio parcelares ou ínfimas que correspondem a segmentos de mercado mínimos. O desenvolvimento desses segmentos faz apelo a especialistas que são cada vez mais especialistas do trivial ou do ínfimo, mas que possuem uma competência única ou difícil de substituir, uma vez que dedicaram o melhor dos seus esforços e das suas vidas a uma aposta numa carreira numa área que só eles dominam. Os especialistas controlam múltiplas zonas de aconselhamento e fazem valer os seus dotes de peritagem e de qualificação, impondo os seus critérios de avaliação na valorização de bens e serviços que são inerentes às novas e às velhas

indústrias. A valorização mediada e o recurso ao especialista introduzem um princípio de neutralidade que reforça uma vez mais a ilusão de transparência geralmente associada à dinâmica das sociedades avançadas. No entanto, estes especialistas que possuem a capacidade de impor os seus dotes de avaliação/valorização e que ganham reconhecimento e legitimidade social pela sua suposta neutralidade e não exposição aos interesses conflituais são técnicos de áreas muito limitadas da vida social e a sua maior força é simultaneamente a sua maior fragilidade, uma vez que estão expostos a riscos por vezes inultrapassáveis. Na verdade, os especialistas são frequentemente alvos de *hoax*⁴ bem montadas que os mergulham num dilema difícil de resolver: ou confessar a sua ignorância e exporem-se à acusação de trivialidade e irrelevância ou incompletude do seu conhecimento ou bem assumir o risco de não confessar a ignorância, expondo-se ao ridículo e à perda eterna da sua aura de especialistas. As sociedades avançadas conferem aos especialistas e à ciência um prestígio à parte, mas estes têm vindo a perder a chancela de imaculada concepção.

A confiança é dominada, em todos os tipos de sociedades, por uma exposição em face dos outros e por uma relativa suspensão da autonomia individual, descentrando as escolhas e transferindo responsabilidades para outros tidos como competentes e merecedores de boa-fé. Nas sociedades avançadas contemporâneas, no entanto, esta tendência geral associa-se a uma certa concatenação temporal e a uma descontextualização que forçam os actores a confiar em decisões alheias que economizam o tempo gasto em avaliações para as quais não possuem a competência técnica necessária. As certificações e os avals existentes garantem que aquele que escolhe por nós está não só mandatado para o fazer, como as suas escolhas são as mais indicadas para quem o nomeou. Nenhuma aquisição é trivial, e nenhuma opção é simples. Os actores não estão minimamente preparados para arcar com os fardos decisoriais e entregam-se, por isso, nos braços dos peritos e dos especialistas que são permanentemente avaliados pelos próprios receptores dos seus alvitre.

⁴ Veja-se o caso do “célebre” e (in)famoso pintor Nat Tate, apresentado por William Boyd (1998) como o segredo mais bem guardado das artes plásticas norte-americanas. A reacção de parte importante dos críticos de arte foi de entusiasmo e concordância pela revelação de tão importante artista (injustamente negligenciado) até ao momento em que Boyd revelou a natureza da sua mistificação – Nat Tate só existia na sua imaginação.

A acumulação destas avaliações implica uma imagem reputacional que se divulga e funciona como uma chancela de qualidade e de responsabilidade, factores que são, em última análise, a própria definição dos traços mais relevantes da confiança. A confiança que se depositava no merceiro de bairro transfere-se para uma dimensão que não é interpessoal, mas institucional. Confia-se em vendedores certificados, cuja certificação resulta da avaliação feita por outros e que vive como memória de interacções passadas. O advento das transacções na Net, sejam elas leilões ou aquisições directas recentram a questão da confiança. Este tipo de relações de confiança estabelece-se em torno de um suposto maior conhecimento ou peritagem sobre um tema particular. A confiança interpessoal tem aqui um lugar mínimo, importando apenas os certificados de competência e os atestados de qualificação que uma determinada instituição assegura – desse ponto de vista, a confiança desenvolve-se relativamente a papéis e não tanto a indivíduos. A perda de confiança individual pode, no entanto, prejudicar a própria confiança depositada na instituição.

A fragilidade da imagem reputacional do especialista que resulta ora da incapacidade de abarcar todo o conhecimento relevante da sua área, ora de se ter tornado num perito de coisa alguma, implica, uma vez mais, mecanismos sociais de convertibilidade da confiança nas sociedades avançadas. A quebra de confiança nos peritos e nos especialistas pode, pois, acarretar uma retracção das relações sociais, desenvolvendo espirais de DIY que podem oscilar da bricolage à auto-medicação. O individualismo extremo não significa, no entanto, o desaparecimento de toda a relação de confiança. Mantém-se a confiança na tecnicidade e na qualidade. Existem duas tendências aparentemente antagónicas que, no entanto, resultam do mesmo processo social – as quebras de confiança permitem tanto uma resolução autónoma de problemas, curto-circuitando os canais da peritagem, fugindo a pareceres e conselhos tidos como irrelevantes, como possibilitam a transferência dessa resolução autónoma para mediadores e aconselhadores vários que ora arbitram as relações sociais ora determinam comportamentos.

A retirada do actor para casulos protegidos imunes a quaisquer influências externas tanto pode levar a uma assunção de novas responsabilidades individuais (o leigo que assume responsabilidades de perito quando se automedica) que respeitam o primado da

técnica, mas sem uma confiança efectiva nos técnicos de saúde, como pode envolver um retorno neo-tradicionista de ruptura de confiança com a técnica e os técnicos, buscando formas de confiança exteriores ao eixo da qualificação e certificação científicas. A suspeição técnica não dá, neste caso, origem a uma individualização de responsabilidade e a um certo afastamento mundano, antes implicando a entrega e a sujeição a gurus diversos que podem manipular zonas de confiança não solidárias do mundo técnico-científico.

As sociedades avançadas são assim sociedades de agitação constante, de fortíssima mobilidade (quer horizontal quer vertical) sem que isso afecte necessariamente a imagem de uma sociedade com fortes níveis de desigualdade. A célebre imagem do autocarro sempre cheio de passageiros diferentes continua a ser uma metáfora curiosa para definir as desigualdades nas sociedades avançadas. A imagem da mobilidade e a regulação arbitrada dos conflitos dá azo à visualização das sociedades avançadas como sociedades abertas, transparentes e igualitárias, orientações que reforçam a legitimidade do quadro social instalado e explicam parcialmente a existência de fortes níveis de confiabilidade institucional no seio de sociedades com níveis de confiança interpessoal cada vez mais estreitos. A preservação da ordem social é assegurada ainda pela presença de uma forte regulação institucional garantida pelos fortes valores de confiabilidade institucional e pela existência de formas institucionais isomórficas de tipo mimético, normativo e coercivo (cf. Powell e DiMaggio, 1991), o que significa que as taxas de variabilidade interna reduzidas convivem com o proliferar exterior de novas indústrias. Uma vez constituídas as novas indústrias, elas tendem a preservar a sua existência e a sobreviver. Existe uma dimensão corporativa no seio das novas indústrias que preserva o existente de influências externas, tidas por perniciosas, ajudando a manter fortes barreiras à entrada. Uma vez constituída uma indústria, ela tende a afastar ou a derrubar as inovações radicais. Em contrapartida, as variações mínimas dão origem a múltiplas fontes conflituais, ainda que não agregáveis. A guerra hobbesiana gera uma ordem espontânea sem necessidade de intervenção de um soberano movido pelo pacto que entroniza o princípio do *salus populi suprema lex*.

Nas sociedades avançadas predominam as situações paradoxais. Quanto mais pequenos conflitos houver maior será a robustez da ordem política, económica e social porque tal proliferação conflitual constitui um poderoso mecanismo dissuasor das conflitualidades de nível superior. Os conflitos generalizam-se, há confrontos de todos

contra todos, mas sem qualquer possibilidade de agregação e sem qualquer possibilidade de constituir conflitos de elevada intensidade à escala de toda a sociedade. Há uma guerrilha constante, mas de perfil mutável e com conflitos que se caracterizam quase sempre pela sua curta duração. O conflito permanente existe, mas resulta do somatório de novos conflitos epifenomenais que surgem e desaparecem numa base constante. Considerando a existência de mecanismos sociais de regulação e de legitimação dupla, com uma partilha efectiva das rédeas do poder, a preservação do *statu quo* e uma gestão harmoniosa dos contrários são a consequência mais evidente destes espaços tensionais. As tentativas de mudança estão condenadas ao malogro porque as transformações são de índole macro estrutural e os Estados são definicionalmente irreformáveis⁵.

CRISES DE AUTORIA, DISSIPAÇÃO E ENNUI

As sociedades avançadas são sociedades de múltiplas instâncias de regulação, de governação e de poder com uma partilha de legitimidades. Num quadro deste tipo existe uma desresponsabilização social alargada e uma profunda crise de autoria. Sem autoridades claras, com uma partilha de autoria, com impossibilidade de atribuição clara de competências e de comandos não pode ser estranho que os conflitos sejam difusos e dirigidos para alvos escassamente concretizados. Quando não se conhece o inimigo ou quando este exhibe mil caras ou sobretudo quando cada inimigo é parcialmente formado por contributos de cada um de nós qualquer revolta violenta contra ele se arrisca a ser uma forma esquizofrénica de conflito interno de cada actor social. Esta dimensão paradoxal tende a confirmar e a conformar a estabilidade social das sociedades avançadas. As autorias

⁵ Num texto anterior (Marques, 2001) defendemos uma tese de irreformabilidade do Estado e apresentámos, como corolário analítico duas teses de indiferença governativa. A primeira tese de indiferença governativa em regimes democráticos, ou tese da indiferença em sentido fraco, afirma que em sistemas de dominância bipartidária é indiferente escolher um partido dominante ou outro porque as suas políticas vão ser quase totalmente indistintas. A diferença residirá mais na retórica e na apresentação pessoal do que nas políticas propostas. Por seu lado, a segunda tese de indiferença governativa em regimes democráticos, ou tese da indiferença em sentido forte, afirma que em sistemas poliárquicos é indiferente que o governo tome ou não tome decisões, decida reformar o sistema ou não. Esta tese afirma mesmo que o governo pode ser substituído por um gigantesco gerador aleatório de políticas que escolha com base nas políticas seguidas ao longo das últimas legislaturas pelos vários governos. Os resultados obtidos pelo gerador aleatório e pelos políticos deverão ser semelhantes.

são mais e mais difusas porque as sociedades avançadas são sociedades de recomposição que recuperam o sentido tradicional da paródia⁶. Cada produtor é mais um rearranjador de tendências e de fragmentos do que um inovador sistemático. Aliás, as novas indústrias das sociedades avançadas raramente são o fruto de inovações radicais e profundas, antes sendo o corolário de múltiplas linhas de convergência há muito existentes, expandindo uma prática ou uma lógica presente a novos públicos, reconfigurando designações, mutacionando a legitimidade das práticas. As sociedades avançadas dão um sentido de aceitação ao tradicionalmente excluído. O sentido do ridículo ou do nojo são frequentemente alvo deste processo de transformação, tornando-se primeiramente aceitáveis e mais tarde desejáveis.

As indústrias das sociedades avançadas actuam em zonas liminares, onde a aceitação e o reconhecimento podem constituir a ténue diferença entre sucesso e falhanço completo. Retrabalhando os limites do bom gosto, da aceitação, do nojo e do ridículo, as sociedades avançadas estão em perfeitas condições para avançar para a construção de novas indústrias. Cada boa ideia é mais uma combinação do que uma novidade, havendo a hipótese de cada um contribuir com algo, pilhando ideias de um antecessor. As sociedades avançadas são sociedades de arquitectura aberta que fomentam a proliferação de clones, de cópias e de produtos e serviços com apenas alguns traços incrementais. Mesmo que a cópia possa dar origem a confrontações jurídicas importantes, em nome da violação dos princípios do *copyright*, a verdade é que, do ponto de vista da dinâmica das sociedades avançadas, o resultado é idêntico: se não se criar uma indústria pela cópia, reforça-se a indústria da litigação e da arbitragem, o que reforça uma vez mais a tendência estabilizadora da sociedade considerada.

Quando se afirma que as sociedades avançadas não possuem inimigos claros, mas inimigos difusos, tal não significa que nessas sociedades não se procurem activamente os inimigos. Como sabemos, a presença identificada de inimigos é um instrumento

⁶ Paródia é um termo que usamos num sentido próximo do que ficou consagrado tradicionalmente. Trata-se de um método de composição, frequente no barroco e usado por figuras tão ilustres como Bach ou Händel, que se caracterizava por colagens de obras anteriores (próprias ou de outros), às quais se sobrepunha um novo quadro de composição. De acordo com uma lógica de paródia, cada obra é auto-referente e remete constantemente para a história, sendo possível encontrar traços de outros em cada um de nós. De alguma forma, é como se a construção do novo não anulasse completamente a presença do(s) velho(s) que

inestimável de estabilização social e uma forma hábil de encontrar bodes expiatórios. Em sociedades de autoria e responsabilidade difusas no plano interno, a identificação de um inimigo com o duplo potencial de poder ser visto como autor e responsável por actos de consequências negativas, permite o reagrupar das tropas, a concentração de esforços e a legitimidade para desenvolver actividades que anteriormente e na ausência de inimigos seriam consideradas incompatíveis com dinâmicas civilistas ou com programas democráticos. A identificação e a nomeação de inimigos implicam, no entanto, que esses inimigos sejam credíveis, o que significa que as sociedades avançadas caminham no fio da navalha. Se se atribuir o estatuto de inimigo a um pobre candidato, tal escolha assume contornos de ridículo e perder-se-á todo o investimento feito na sua construção, instrumento de desculpabilização por erros e de credibilização de políticas outrora inaceitáveis. A busca desesperada de inimigos pode conduzir as sociedades avançadas a múltiplos passos em falso que se podem revelar comprometedores.

As sociedades avançadas possuem um enorme potencial de dissipação das clivagens tradicionais, introduzindo num movimento contínuo novas e sempre renovadas clivagens que se multiplicam.⁷ No plano interno, as sociedades avançadas procuram criar uma gama imensa de clivagens operativas e credíveis que afastem o espectro dos confrontos radicais. Quanto mais pólos de oposição houver, tanto mais estável será a sociedade. Por

estivera(m) na base do próprio trabalho. A leitura parodiada revela uma ancoragem do novo ao antigo e redefine a centralidade dos clássicos.

⁷ De uma forma muito breve, definimos uma teoria das formas de dissipação a partir da forma como os vectores definidores de contrários se anulam e são substituídos. O tempo é o grande dissipador das oposições. Existem oposições fictícias e que correspondem a extremos opostos, mas em vectores diferentes. Cada princípio define um vector de oposições. O mesmo princípio pode possuir vários vectores de definição e várias oposições. A dissipação das diferenças pode acarretar a morte de um vector ou mesmo a morte do princípio. A dissipação pode produzir-se por absorção, por conjugação, por síntese, por triunfo, por abandono, ou por transformação mútua. Os vectores podem ser activos, inertes, residuais, preparatórios ou emergentes. Em cada vector existem mecanismos de tradução e conversão. A teoria da dissipação não corresponde a uma variante da dialéctica – não define uma filosofia da história, não marca nenhuma teleologia e não postula caminhos de necessidade. A dissipação convive com formas enantiotrópicas. Expliquemos esta nossa formalização, a partir de exemplos da Ciência Política. Em cada princípio existe um vector de identificação que é dominante e uma clivagem que é central. O desaparecimento dessa clivagem central pode corresponder a mudanças de clivagem fundadora no seio do mesmo princípio que continua dominante ou pode marcar a crise desse vector e desse princípio e sua substituição por outro. O afundamento das oposições é um processo corrente. A crise do político pode corresponder a uma crise do vector ideológico, com o afundamento da oposição esquerda-direita ou pode corresponder ao próprio afundamento do princípio político e das suas oposições básicas dominadas pelo espectro partidário. Em todos os domínios existem evoluções na estrutura de oposições. A mudança mais ou menos acelerada nos sistemas sociais não corresponde necessariamente a profundas transformações na estrutura de oposições e nos princípios dominantes.

contraponto, será importante criar apenas uma clivagem operativa no plano externo de forma a reforçar a componente de “bárbaros à porta” que sempre se revelou uma forma óptima de canalização das energias de uma sociedade. Pouco importa a este nível se o inimigo é real ou aparente. Apenas importa que esse inimigo seja credível e aceitável, mobilizando as energias dos actores sociais. A lógica das sociedades avançadas passa pois pela dissipação das clivagens monistas tradicionais, justapondo-lhes múltiplas clivagens não aditivas, reservando a união da sociedade para uma oposição em face de forças exteriores.

A criação de múltiplas clivagens define quadros sociais de lealdade dividida e mutável. Se cada um é, por força das circunstâncias, membro de vários grupos, associações e identidades, não existe a possibilidade de se dedicar por inteiro a uma causa ou a um programa reivindicativo. Com múltiplas lealdades ninguém se poderá fechar num simples casulo e dedicar a sua atenção a apenas um traço da sua identidade. A justaposição dos círculos sociais encaminhará o actor social para o privilégio de dimensões distintas em momentos diferenciados da sua vida social, roubando qualquer possibilidade de militância radical em movimentos consistentes anti-sistema. Os actores sociais definem-se por uma somatório de pertenças identitárias, frequentemente flutuantes, que lhes retiram a hipótese de uma agenda política monista.

As sociedades avançadas são sociedades de aconselhamento e de terapia porque são cada vez mais sociedades de *ennui*. A multiplicação dos estímulos não equivale necessariamente a derrubar o espectro do aborrecimento e a sensação de repetição que cada actor sente nos seus percursos diários, mas contribui para essa imagem. Daqui resulta que as sociedades avançadas sejam sociedades de proliferação ilimitada de estímulos, dando origem a mais e mais actividades comerciais e entrepostos que dirigem os actores sociais para um entorpecimento de excesso que os expõe à multiplicidade de influências e que sujeita a um ritmo de aquisição permanente e não reflectida. As sociedades avançadas serão tanto mais eficientes quanto mais forem capazes de suspender raciocínios e derrubar memórias, introduzindo actividades compulsivas e reacções primárias. As aquisições de impulso e as práticas imediatas são formas de conduzir à repetição necessária ao reforço do

consumo nas sociedades avançadas. O entretenimento e os jogos que limitem ou anulem as memórias são cruciais para os bons resultados das sociedades avançadas.

Por outro lado, o aconselhamento e a terapia lançam as bases de uma sociedade de assistência generalizada que se cruza com o sentimento de que todos necessitam de ajuda e de protecção. As sociedades avançadas são sociedades de vitimização permanente. A definição de cada actor social como membro de um grupo minoritário é reforçada pela criação de uma vítima em cada actor. Sendo vítimas, os actores sociais necessitam de um cápsula protectora que os resguarde das ameaças de uma sociedade definida como perigosa e difícil. Todas as experiências traumáticas devem ser preservadas, a menos que sirvam para recuperar memórias ocultadas e que, trazidas à luz, poderão assumir uma feição terapêutica indesmentível. A vitimização possui o condão de atribuir responsabilidades mais a um corpo difuso do que propriamente a actores bem identificados. Assim sendo, a sociedade preserva a sua unidade e, em momentos bem particulares, encontra em longas cerimónias catárticas uma forma de recuperar as suas energias e de canalizar o melhor dos seus esforços em direcções apaziguadoras dos conflitos e das tensões.

CRISE E OBSESSÃO SECURITÁRIA

As sociedades avançadas são definidas e definíveis pela dupla sensação da crise permanente (quando não é económica é política e quando não é nem económica nem política é vista como crise social) e da insegurança. Na verdade, quanto mais estabilizados estiverem os valores da democracia e da poliarquia, menor importância será concedida aos valores tidos como adquiridos (liberdade, democracia e cidadania) e mais centralidade assumirá a questão da segurança vista como ameaçada. As sociedades avançadas são sociedades estabilizadas e todas as sociedades estabilizadas privilegiam a estabilidade e sentem pavor de toda a perturbação mais ou menos violenta da ordem existente. Apesar de todas as mutações que possam sofrer as sociedades avançadas são tendencialmente conservadoras, vendo na segurança um trunfo importante.

As crises são espaços de oportunidade evidentes. Em chinês, tal como em japonês, a crise é interpretada como sendo simultaneamente um perigo e uma oportunidade, elemento que não é ignorado pelos principais gurus da gestão que utilizam amiúde o referido ideograma nos seus textos. Nas sociedades avançadas, a definição de uma crise permanente auxilia a construção de novas indústrias e assegura a sua entrada em novos segmentos de mercado. A dupla crise/segurança permite desde novas formas urbanas como os condomínios privados, a contratação de agentes de segurança privados, compra de portas blindadas, colocação de janelas especiais, alarmes nos carros e nas casas. A questão da segurança implica também um reforço da sensação de propriedade e de defesa dos bens próprios. Apostando nos valores securitários, o Estado consegue também intervenções que anteriormente seriam concebidas como ameaças ou intrusões inadmissíveis no espaço de liberdade e de intimidade dos cidadãos. A preocupação securitária desvaloriza o adquirido, solidificando a preocupação com aquilo que supostamente se perdeu. A crise é uma forma hábil de seleccionar o mais válido e de eliminar aquilo que se tem por desajustado e por obsoleto. A crise é a forma pela qual, nas sociedades avançadas, se faz a manutenção social.

Manutenção social que também passa pelo sector da saúde. A indústria da saúde é uma das mais importantes áreas de intervenção das sociedades avançadas. A saúde não é apenas a garantia de uma vida livre de doenças ou com doenças domadas. A indústria da saúde é criadora de doenças e patologias constantes. Doença refere-se apenas à existência de um hiato significativo de apresentação ou de desempenho que é susceptível de ser corrigido por intervenção terapêutica. Deste modo, qualquer indivíduo é um potencial utilizador da indústria da saúde, havendo necessidade de recorrer a um ou mais terapeutas que se encarreguem de lhe dar não a saúde, mas o desempenho ou a apresentação que se aproxime dos valores canónicos exigidos pela sociedade. Nas sociedades avançadas o recurso à indústria da saúde é proporcional à capacidade aquisitiva dos actores sociais e à sua participação simultânea de vários círculos sociais. Quanto maior for a participação social, maiores as possibilidades de patologização, pela existência de hiatos significativos que é forçoso corrigir. A indústria da saúde, tal como todas as indústrias das sociedades avançadas, é uma indústria criadora de indústrias que define um campo altamente estruturado e normalizado. Os campos altamente normalizados são campos homogêneos

pautados por elevados níveis de isomorfismo. Tal como acontece com a indústria estética, os alvos da intervenção da indústria terapêutica seguem um padrão de tratamentos que os leva a parecerem-se estranhamente uns com os outros. O isomorfismo institucional gera isomorfismos estruturais, organizativos, de produtos, mas também de indivíduos. As indústrias das sociedades avançadas garantem níveis elevados de conformidade institucional e de isomorfismo.

NOVAS COMUNIDADES E CORRETAGEM SOCIAL

As sociedades avançadas tendem a substituir as sociabilidades tradicionais (ditas naturais) por sociabilidades mediadas e virtuais. Os equipamentos, os terapeutas, os aconselhadores, os especialistas, os litigadores, os árbitros e demais profissionais de mediação asseguram a construção de novos quadros sociais de sociabilidade. Trata-se de sociabilidades de baixa intensidade e de partilha difusa. As relações face a face minorizam-se e cedem o terreno a comunidades de existência oscilante e que obedecem a construções sociais contingentes. A própria intimidade se tende a virtualizar e a ser mediada. A mediação do imediato é uma característica marcante das sociedades avançadas dos nossos dias. As sociedades avançadas parecem defender um credo de multiplicação de comunidades virtuais. O seu mote parece ser: que floresçam uma, duas, mil comunidades virtuais. Quanto maior for o número de comunidades (virtuais ou não) mais possibilidade se tem de estabilizar a sociedade global. Aquilo que constitui um verdadeiro perigo para a sociedade global é a existência de uma forte comunidade alternativa cujo projecto corresponde à destruição da ordem vigente e sua substituição por uma lógica social inversa.

As sociedades avançadas são reguladas, institucionalizadas e normalizadas, assumindo uma dimensão neo-corporativa, havendo pouco espaço para desvios e inovações no interior de cada grupo. A fragmentação e o corporativismo definem um espaço de múltiplas inclusões com o máximo de conformidade interna. A reprodução é de clonagem, ainda que possa existir uma forte mobilidade interna. A reprodução social convive, aliás, com fortes índices de mobilidade. O carácter canónico desta realidade determina que os níveis de surpresa existente sejam baixos, podendo os actores sociais encontrar traços

familiares em cada nova actividade. Este ar de família é resultado de cada nova actividade ser uma derivação de actividades já desenvolvidas em indústrias ou em segmentos adjacentes. Os novos segmentos obedecem ao *imprinting* estabelecido pela indústria mãe.

As sociedades avançadas são sociedades que definem novas necessidades e novas competências que indiciam que os novos papéis relevantes se situam ao nível do que poderíamos chamar os corretores sociais. A corretagem social ou intermediação social será disputada e desenvolvida por mediadores, reguladores, controladores, árbitros, terapeutas, aconselhadores e especialistas relacionais. Os corretores sociais são profissionais que negociam frequentemente com intangíveis e cuja competência deriva da capacidade de colocar em contacto dois ou mais actores sociais que podem proporcionar vantagens recíprocas. O corretor social é um mediador e um negociador que não se coíbe de aproveitar uma relação para daí extrair ganhos pessoais. Os mecanismos informais presentes em múltiplas culturas são aproveitados e retrabalhados pelos mestres da corretagem que se comportam ora como *tertius gaudens* ora como *divide et impera*. A corretagem social é, no entanto, uma actividade de índole comercial o que significa que os técnicos aí representados terão tudo a ganhar com a proliferação de conflitos, de patologias, de inconstâncias, de imaturidades, de falta de preparação técnica, de mobilidade, de abandono de carreiras, de ruptura familiar, etc. O potencial da corretagem é activado e incentivado pela patologia, pela desnaturalização e pela conflitualidade e a promoção destes problemas é um trunfo para estes profissionais que se inserem em campos profissionais altamente estruturados e normalizados.

Os corretores relacionais têm, na explosão dos sectores de mediação e na disponibilidade crescente de tecnologias de mediação, dois dos seus principais activos. Havendo que ensinar tudo de novo, os corretores relacionais são também professores das novas funções e promotores das novas competências. A incompetência, a falta de preparação, a falta de conhecimento, a falta de tempo, o aborrecimento e a ausência de desejo e de ideias dos actores sociais contribuem para a busca das corretagens que forneçam ideias novas, desenhem programas e preparem percursos.

As novas indústrias retrabalham as clivagens tradicionais, construindo sistemas mistos que produzem actividades de apoio que garantem o melhor de dois mundos. O universo do trabalho não deve ser tido como um espaço de sofrimento e de penas. É

importante incorporar a lógica do lazer, do gosto e do prazer nas actividades profissionais. Assim, os lugares ocupados devem ser desenhados por profissionais de logística, as cadeiras em que nos sentamos estudadas por ergonomistas, a climatização do edifício definida por técnicos de higiene e segurança. O local de trabalho é um espaço de risco, onde a perfeição arquitectural esconde, amiúde, surpresas ou mesmo armadilhas que só podem ser desmontadas pelos mais qualificados. Trabalhar é arriscado, a menos que confiemos o mais possível nessas agências profissionais que se dedicam ao tratamento do trabalho, para que ele possa ser desempenhado com agrado, se não mesmo com alegria e prazer. Do mesmo modo, o terreno do lúdico também é redefinido pelas novas indústrias.

A fruição do tempo livre não pode ser feita de modo completamente desorganizado ou pouco estudado. O divertimento é demasiadamente importante para ser deixado ao livre arbítrio de amadores ou diletantes. Há que confiar em quem estuda e se formou nas melhores técnicas. Eles saberão desenhar planos de férias, viagens pormenorizadamente organizadas e cheias de planos de contingência. A programação do gozo é a única forma de evitar surpresas desagradáveis que podem arruinar as férias de uma vida. O lazer envolve despesas e há que saber utilizar o dinheiro de que se dispõe em programas verdadeiramente interessantes. A análise do perfil do folião é um imperativo idêntico ao que é encontrado pela agência de corretagem que traça o perfil de risco do seu cliente. Só assim é possível construir um produto à medida das necessidades identificadas. Os corretores relacionais mantêm o contacto com todos aqueles que desejam cumprir os sonhos, de forma a assegurar-lhes pacotes de gozo bem embrulhados e prontos a digerir.

A MITOFILIA, OS DESEJOS E A CIÊNCIA

As sociedades avançadas são mitófilas, constituindo poderosos mitos aglutinadores de vontades e de desejos que assim produzem mais indústrias significativas. O mito da mobilidade é um exemplo evidente de como operam as sociedades avançadas sempre que constroem *folktales* significativos. Se as sociedades avançadas são sociedades de direitos e se os mitos correspondem a algo que deve estar ao alcance de todos, então um mito como a mobilidade sem constrangimentos deve dar origem a poderosas indústrias. Assim, todos

aqueles que possuem limitações físicas ou psicológicas que constituem um entrave à sua deslocação deverão poder encontrar produtos ou serviços que lhes proporcionem viagens para onde desejarem, destruindo as barreiras à sua comunicação. Deste modo existem regulamentos que facilitam o derrube de barreiras à movimentação de deficientes, os incontinentes possuem fraldas especiais que lhes possibilitam deslocar-se sem medo. Do mesmo modo, a indústria do turismo oferece pacotes especiais que possibilitam mesmo aos mais velhos e doentes a deslocação ao paraíso terrestre que sempre ambicionaram visitar. Uma vez aí chegados eles encontrarão não o que aí havia, mas o que sempre sonharam encontrar.

A indústria do turismo apresenta um produto tipificado que corresponde aos desejos oníricos dos viajantes e não às realidades locais. A construção social do cenário e a invenção das tradições convivem harmoniosamente com a criação de indústrias nas sociedades avançadas. Em todo o caso, convirá salientar que as sociedades avançadas produzem mitos e que estes mitos são apoiados por uma panóplia de indústrias entrelaçadas que conjugam os seus esforços na definição de uma sociedade de direitos sociais alargados.

Nas sociedades avançadas as necessidades e os desejos são socialmente construídos e definidos sob a forma de pacotes estruturados por grupos de idade, por género, por orientação sexual, por raça ou etnia, por credo religioso, por limitação, isto é, por todos os marcadores socialmente significativos de identidade. Cada um experimenta os desejos e as necessidades que nunca havia sentido, mas que se encaixam como uma luva no seu perfil. Consumindo, encontrará aqueles com quem se identifica e fazem parte da sua experiência de vida. Os pacotes são preparados com cuidado. As férias definem destinos ajustados aos gostos e aos desejos previamente definidos. As viagens ajustam-se perfeitamente a cada um dos que as buscam. Por detrás desta lógica de perfil identitário esconde-se uma sociedade completamente moralista que reproduz em cada movimento um novo quadro de aceitação e de rejeições. A Comunitária de Caritat (cf. Lukes, 1996) está perfeitamente marcada nas sociedades avançadas, mas o que lhe proporciona uma resistência especial é que ela se conjuga de forma perfeita com a Utilitária e demais construções sociais alternativas. Cada comunidade define códigos morais rígidos aos quais se devem sujeitar cada um dos seus membros, sob pena de serem ostracizados ou expulsos. Mesmo as categorias e os discursos sociais tidos como desviantes reproduzem com fidelidade as lógicas sociais dominantes.

O discurso pornográfico, associado a uma poderosa indústria das sociedades avançadas (onde, uma vez mais, uma prática natural é transformada numa indústria), é um discurso fortemente moralista que usa as categorias identitárias mais comuns para descrever um traço de normalidade e um traço de patologia. Ironicamente, o discurso pornográfico aceita as categorias do normal, do repulsivo e do condenável, apenas para transformar as duas últimas num *teaser* sedutor. A chancela patológica, desviante e nojenta é usada como cartão de visita para atrair um público sedento de emoções fortes.

Os desejos expressos nas sociedades avançadas são ilimitados e incontidos, mas nunca totalmente impossíveis de concretizar. Embora as sociedades avançadas sejam sociedades fortemente moralistas, elas são também sociedades tecnicamente avançadas. Esta dupla presença de um moralismo conservador e de uma disponibilidade científico-tecnológica avassaladora contribui para a constituição de uma tensão recorrente. Esta tensão torna-se mais forte sempre que uma inovação coloca em causa um conjunto de valores importantes e tidos como integrantes da lógica social dominante. Em todo o caso, nas sociedades avançadas, o dilema é sempre resolvido da mesma forma - com uma aceitação a médio-prazo da nova tecnologia ou da inovação que suscitava dúvidas, independentemente do grau da rejeição moral que primeiro se revelara.

A lei de *yuk* revela que nenhum interdito moral ou nenhuma reacção de abjecção pode fazer mais do que atrasar a implantação de uma inovação ou de uma técnica que seja tornada disponível, ou seja, nenhum interdito moral se sobrepõe à possibilidade material de realizar uma inovação. A moral das sociedades avançadas acaba por se reconciliar com a inovação abjecta, redefinindo novos códigos e novos limites que tutelem a prática, mas sem a recusar. Esta plasticidade da moral das sociedades avançadas permite uma convivência sem sobressaltos entre um quadro normativo conservador e uma lógica científico-técnica que faz do derrube constante dos limites ditos naturais um dos seus projectos mais decisivos. A moral transformada é uma moral robusta que se pauta por um princípio lampedusiano de sobrevivência - a necessidade de uma mudança para que tudo possa efectivamente manter-se nos mesmos parâmetros.

As sociedades avançadas são sociedades que redefinem constantemente as fronteiras sociais do nojo e da abjecção, sendo a ciência a grande operadora da transformação do abjecto em aceitável do aceitável em normal, do normal em desejável e

do desejável em objectivo social. A ciência é também uma máquina de desejos que permite sonhar com a imortalidade ou com a perpetuação de uma imagem ou de uma parcela de si - os domínios da clonagem ou da criogenização são disso um sinal evidente. Se, para uns, se trata de entrar em domínios onde o homem se tenta sobrepor ao divino ou usurpar as suas competências, introduzindo uma dinâmica frankensteiniana no percurso de uma ciência que deveria ser moral e responsável; para outros, trata-se apenas de dar corpo à vocação demiúrgica da ciência. A caminhada que prossegue do perverso ao natural é a marca da própria ciência nas sociedades avançadas. Esta tensão recorrente entre a moral e a ciência é um sinal claro da co-presença das duas instâncias de legitimação e regulação socialmente aceites nas sociedades avançadas.

CONCLUSÃO

O facto de as sociedades avançadas não terem conflitos graves, capazes de minar os fundamentos e a estrutura social, e outras sociedades os terem pode ser explicado pela pluralidade de filiações, de pertenças e de participações, pelo cruzamento de múltiplos círculos sociais, pela presença de uma dupla instância de regulação e legitimação e pela oportunidade dada ao florescimento de miríades de pequenos conflitos. A redução de uma sociedade a um princípio único, a uma filiação simples e completa é o primeiro passo para a abertura de uma caixa de Pandora conflitual. A introdução de novas lógicas e de novos domínios descentra as filiações e as participações e reforça a ideia da multiplicidade identitária. Nas sociedades avançadas, a expressão pelo consumo, pelo orgulho e pelos desejos cria múltiplos pólos de atracção que aumentam os conflitos, mas reduzem o seu potencial destrutivo. A aparente fragilidade política das democracias é compensada pela sua extraordinária robustez dinâmica. A sobrevivência da democracia resulta menos dos seus méritos políticos do que da sua potencialidade cooptante e integradora das diferenças.

A democracia exerce uma “ditadura” de cooptação que torna invisíveis os elementos perturbadores da ordem social, incorporando e ajustando a contestação. A democracia das sociedades avançadas esconde estes processos, criando o mito da total

transparência dos processos. Nesta democracia das sociedades avançadas, as minorias possuem as suas próprias maiorias de estimação, transitando-se de uma legitimidade de maioria para uma legitimidade dos direitos das minorias. Ninguém deseja ver-se associado a uma maioria estável, o que é facilitado pela possibilidade de criar sempre uma minoria suplementar na qual nos podemos tranquilamente incluir e que lutará por direitos inalienáveis que têm vindo a ser negados por uma maioria insidiosa que é constituída por todos os outros. A democracia das sociedades avançadas não é uma democracia discursiva, argumentativa ou comunicacional, antes sendo uma democracia identitária que sobrevive graças ao facto de não se deixar prender por um único irredentismo, mas por múltiplos.

As sociedades avançadas adocicam as desigualdades tradicionais, criando janelas de oportunidades que se parecem abrir para todos. A ambição surge como único limite. As indústrias emergentes integram os excluídos e concedem novas oportunidades a deserdados e a desiludidos. A total mobilidade implica que ninguém tenha de ficar para trás por aquilo que é. As novas indústrias oferecem lugar a todos os que desejem integrar-se e comportar-se de acordo com os cânones de cada um dos grupos identitários. As desigualdades tradicionais baseiam-se num eixo de posse - aqueles que têm afastam-se daqueles que não têm. Nas sociedades avançadas pretende-se configurar a desigualdade em termos de ser e não em termos de ter. Assim sendo, o problema das desigualdades não passa tanto por bens ou acesso a eles, mas por aquilo que verdadeiramente constitui o “eu”. Sendo as identidades, ao contrário das posses, incomensuráveis e incomparáveis, deixa de haver bases reais para o sentimento de desigualdade. A operação de redução das desigualdades do ter ao ser, facilita a aceitação de uma ordem social que dura e perdura.

A desnaturalização das funções tradicionais associadas a sociabilidades espontâneas e à construção de imbricadas teias de relacionamento social e de reciprocidade que, não raramente, uniam famílias ao longo de gerações está bem patente na transformação das regras sociais constitutivas de muitas comunidades tradicionais em indústrias florescentes. Tal é o caso da mutação da *xenia* em indústria de hospitalidade. O acolhimento do outro não é mais uma exigência de uma face aberta ao diálogo e à troca de dons recíprocos, mas uma faceta de um negócio de bem acolher e de proporcionar serviços. A recusa e a condenação de determinadas actividades exercidas desde sempre nas sociedades tradicionais, mas que nunca gozaram de um acolhimento favorável podem ser reaceites se

forem redefinidas de acordo com os cânones das indústrias nascentes. Se a terapêutica e o aconselhamento são duas actividades reconhecidas e tidas por desejáveis, então a transformação dos serviços de prostituição em formas terapêuticas ou de acompanhamento profissional pode contribuir para a sua aceitação. O comércio da carne (sujo e degradante) vê-se substituído por clínicas imaculadas, por esposas de substituição e por salões de massagem de perfumes exóticos. Toda a função tradicional pode ser reconfigurada e aceite na sociedade avançada, desde que ceda ao crivo e ao filtro da tripla dinâmica da litigação, do aconselhamento ou da terapia.

As sociedades avançadas têm uma dinâmica social que se aproxima do comportamento daqueles que, em plena campanha de desratização e com prémios para cada rato morto, se entretêm em fazer criação de ratos. As sociedades avançadas promovem activamente o desenvolvimento dos fantasmas que pairam como ameaças tutelares sobre as sociedades avançadas. Promovendo a doença é mais fácil que a terapia desenvolvida encontre mercado, apoiando os desvios, mais fácil se torna ceder os direitos sobre os mecanismos de correcção, fazendo disparar o termostato mais simples se torna divulgar um sistema redutor de *overshootings*. A iatrogénese, o aconselhamento, a litigação e a terapêutica são mecanismos sociais que criam indústrias e novas indústrias sobre as que primeiro se desenvolveram.

Concluindo, as sociedades avançadas são sociedades estabilizadoras da vida social e perpetuadoras da ordem social vigente porque são sociedades poliárquicas de índole identitária e com dupla instância de regulação e de legitimação. Sendo sociedades identitárias, elas definem quadros múltiplos de minorias e de maiorias que impedem a formação de conflitos globais sujeitos a agendas monistas. Cada minoria constrói uma maioria e sendo as minorias não aditivas, o protesto é local e não generalizados. As sociedades avançadas tornam fácil a preservação da ordem porque tornam opacas as desigualdades sociais, fazendo delas meras expressões de identidade. A estabilidade social é garantida pelos mecanismos sociais criadores de indústrias, dos quais os mais importantes são a litigação que cria múltiplos conflitos estabilizadores, a terapêutica que cria patologias variadas que necessitam de um tratamento imediato e o aconselhamento que cria desajustamentos e imaturidades em todas as funções e papéis sociais tidos anteriormente como naturais.

A desnaturalização, a impreparação, a disfuncionalidade e a patologia criam múltiplas oportunidades industriais no seio das sociedades avançadas. Estes três mecanismos criadores de indústria marcam a transição de sociedades de produção para sociedades de mediação, arbitragem e corretagem social, sendo os papéis sociais mais relevantes destas sociedades os que lidam directamente com tais funções. O ambiente de crise permanente, a criação de ícones a atingir com hiatos marcantes entre o que se é e o que se ambiciona e a dimensão securitária abrem múltiplas possibilidades de desenvolvimento de novas indústrias estabilizadoras da vida social. As indústrias que operam pela criação e divulgação de ícones e de exemplares que devem ser imitados são também indústrias que ajudam a promover a sensação de um hiato entre o existente e o desejado, factor que gera indústrias de segunda ordem (aconselhamento e terapêutica destinados a reduzir o hiato que a primeira indústria inflacionou e divulgou) e de terceira ordem (as litigações pelo não cumprimento do previsto) que se desenvolvem pela crise de confiança interpessoal que caracteriza as sociedades avançadas e que obriga a mergulhar no universo de uma confiabilidade institucional que actua através de salvaguardas e de clausulados de protecção muito completos.

As sociedades avançadas, graças à co-presença de duas formas de regulação e legitimação social, redefinem as fronteiras do lícito e do ilícito, do aceitável e do reprovável. A moralidade conservadora dessas sociedades vai sendo gradualmente transformada (sem ceder a mudanças profundas) pela aceitação dos novos limites do nojo e do repulsivo. As actividades condenáveis passam a toleráveis, primeiro, transformam-se em aceitáveis, depois, até que eventualmente acabarão por ser recomendadas ou mesmo desejáveis. Graças a estas características, as sociedades avançadas são sociedades estáveis e perpetuadoras da ordem social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECK, Ulrich (1992), *Risk Society: Towards a New Modernity*, Londres, Sage.
- BECK, Ulrich (1999), *World Risk Society*, Londres, Polity Press.
- BOYD, William (1998), *Nat Tate: An American Artist – 1928-1960*, Cambridge, 21 Publishing, Ltd.
- DAHL, Robert (1962), *Who Governs? Democracy and Power in an American City*, New Haven, Yale University Press.
- EDER, Klaus (1993), *The New Politics of Class: Social Movements and Cultural Dynamics in Advanced Societies*, Londres, Sage.
- FREVERT, Ute (1995), *Men of Honour: A Social and Cultural History of the Duel*, Cambridge, Polity Press.
- GIDDENS, Anthony (1977), *The Class Structure of the Advanced Societies*, Londres, Hutchinson.
- MARGALIT, Avishai (1996), *The Decent Society*, Cambridge MA, Harvard University Press.
- POWELL, Walter e Paul DIMAGGIO (1991), *The New Institutionalism in Organizational Analysis*, Chicago, The University of Chicago Press.
- LUKES, Steven (1996), *O Curioso Iluminismo do Professor Caritat*, Lisboa, Gradiva.
- MARQUES, Rafael (2001), “A Advertência de Peter Comestor : Um breve excuro sobre as hipóteses de reforma do Estado em sociedades democráticas, *SOCIUS*, Working Paper, .
- MARQUES, Rafael (2002), *As Dádivas de Medeia: Por uma Teoria das Formas de Reciprocidade*, Lisboa, mimeo.